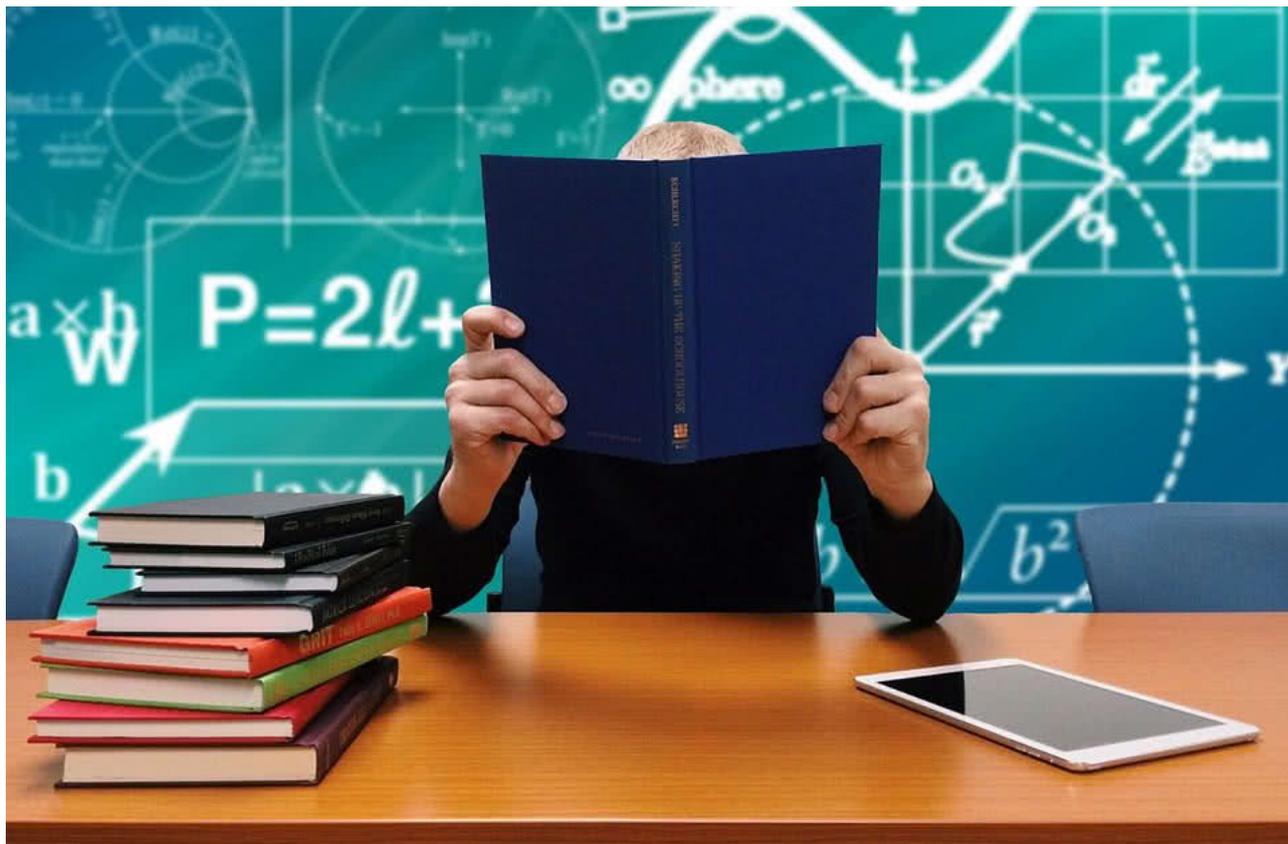


Autor: Campanella

## **Abandono Escolar – Mecanismos de ação no pressuposto da realidade verificada ao nível das Instituições de Ensino Superior Privadas na Região Autónoma da Madeira**



**Sancha de Carvalho e Campanella**  
**Luís Filipe Seixas Sardinha**  
Instituto Superior de Administração e Línguas

Atualmente vivemos numa aldeia global. O mundo digital e tecnológica revelou-se um aliado no dia-a-dia da comunidade quebrando barreiras linguísticas, territoriais e económicas refletindo-se em ganhos incalculáveis para a atual sociedade. Numa economia mundial em rápida evolução e sociedades cuja fundação assenta no conhecimento, urge uma necessidade em criar valências nos cidadãos.

Tem sido notória na última década, ao

nível do ensino superior em Portugal, uma crescente reestruturação das principais Instituições de Ensino Superior (IES) a vários níveis. Não obstante, à evolução de políticas ativas governativas face ao ensino superior em Portugal, as próprias IES têm encarado distintos estímulos e desenvolvido várias ações de acompanhamento dos seus estudantes de forma a contribuir para o sucesso escolar.

No último relatório (2017) da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) relativamente a Portugal e sobre o tema qualificações, foi referido que em Portugal apenas 33% dos jovens adultos possuem habilitações ao nível do ensino superior. O prémio salarial de um licenciado é 69% em média superior a um não licenciado. De facto, é notório a nível financeiro as vantagens em ingressar no ensino superior, mas se olharmos noutro prisma verifica-se que os ganhos também são relevantes. O conhecimento torna as pessoas mais tolerantes, mais cívicas e concomitantemente mais saudáveis. O preço de uma mente culta e seu contributo para a sociedade é inestimável.

Um estudo recente da investigadora Diana Vieira (2018), denominado “Determinantes e Significados do Ingresso dos Jovens no Ensino Superior” destaca, não só as barreiras financeiras, como também a falta de informação por parte dos estudantes sobre a oferta formativa ao nível do ensino superior, bem como sobre a forma de ingresso ao mesmo.

O ensino superior em Portugal encontra-se pautado pela Lei de Bases do Sistema Educativo, que vigora desde 1986 tendo sido alterada em 1997, 2005 e 2009. Em Portugal vigora, ao nível do ensino superior, o processo de Bolonha consubstanciando um espaço europeu de ensino superior. Subjacente nesta génese unificadora instam três ciclos de ensino, a saber: 1º ciclo conferindo o grau de licenciado, 2º ciclo conferindo o grau de mestre e 3º ciclo conferindo o grau de doutor. Verifica-se a existência de IES de âmbito público, particular e cooperativo e ainda, concordatário.

Dentro do ensino superior público encontram-se as universidades públicas, os institutos politécnicos públicos, as academias, escolas e institutos militares/policiais. No ensino superior particular e cooperativo englobam-se as universidades particulares e cooperativas e os institutos politécnicos particulares e cooperativos. O ensino superior concordatário corresponde à Universidade Católica Portuguesa.

Relativamente ao ensino universitário e o ensino politécnico, verificamos que enquanto que o ensino universitário detém uma perspetiva direccionada para a investigação e criação de saber o ensino

Politécnico detém uma perspetiva de investigação direcionada para a compreensão e solução de problemas concretos. Relativamente ao ingresso ao ensino superior existe diversas formas de o fazer, a saber: regime geral (concurso Nacional ou concurso Institucional), regime especial, concurso especial (maiores de 23 anos, titulares de cursos superiores, cursos médios e diplomas de especialização tecnológica), concurso especial para acesso ao curso de medicina por titulares de grau de Lice desemprego, problemas de saúde, falta de vocação, pobreza e exclusão social entre outros.

Não sendo consensual a existência de um motivo convergente, a disseminação e implementação de mecanismos de atuação ficam condicionados. As próprias IES têm de ser criativas, se assim se pode dizer, neste campo de atuação. Existem inúmeros estudos que procuraram arquitetar estratégias genéricas de combate ao abandono escolar e promoção do sucesso escolar. A título de exemplo e falando pela realidade sentida no ISAL, esta instituição tem implementado no seu conjunto de políticas um amplo leque de ação que vai desde bolsas de mérito a horários pós-laborais, guia estudante ou mesmo à existência de um polo emprego que procura de forma ativa acompanhar alunos finalistas e integrá-los no mercado de trabalho.

Quando se procura sobre a realidade do abandono escolar, é possível observar num estudo apresentado por Oliveira Batista (2015) a clareza dos números: em Portugal nas licenciaturas do ensino público, o panorama é semelhante tanto em ensino universitário e politécnico, com abandono após 1 ano na casa dos 12%. Nas licenciaturas do ensino privado a taxa de abandono é um pouco superior: cerca de 17% para o Universitário e de 14% no ensino privado Politécnico.

O ISAL em março de 2018 teve a iniciativa de promover um estudo que procurou indagar sobre o abandono escolar ao nível das IES privadas na RAM, ao nível do 1º ciclo. Para a realização do Estudo, foi pedida a participação da Universidade da Madeira e da ESESJC, por forma a partilharem os seus dados, no entanto, apenas participou a ESESJC, pelo que o presente estudo cinge-se a estas duas IES.

Apontando o triénio de 2013 a 2015 como referência verificou-se que no ISAL existiram 31 estudantes que abandonaram os estudos representando cerca de 7% do total de alunos inscritos nas três licenciaturas. Por sua vez a ESESJC, no mesmo período apresentou cerca de 4% de estudantes que abandonaram os estudos totalizando 16 alunos da sua única Licenciatura de Enfermagem. Comparativamente ao panorama nacional estes números são encorajadores e mostram que estas instituições estão num bom caminho. O seu esforço e dedicação à promoção do sucesso escolar tem sido frutífera.

Este estudo salientou que em ambas as IES os números de abandono escolar, entenda-se número de alunos que abandonam os estudos, seguem uma linha tendencialmente decrescente. No Estudo, podemos apurar que não existe distinção de género no abandono escolar no ISAL, por contraposição à ESESJC em que os desistentes são maioritariamente do sexo feminino, e que a média de idades de ambas as IES situa-se entre os 20 e os 30 anos. Para os alunos do ISAL o principal motivo para o abandono foram as dificuldades face ao curso, já para os alunos da ESESJC a transferência foi

o principal motivo.

Mais interessante neste estudo é o facto de salientar-se que estes valores estão influenciados por alunos que abandonaram os estudos nas instituições a dado momento, mas retomaram os estudos na mesma ou noutra instituição. Esta informação é interessante pois significa que algumas situações registadas não foram de todo abandono escolar definitivo mas apenas de interrupção.

Com base na nossa experiência, a aplicação das estratégias emergentes não deve ser taxativa e deve ser adaptada à realidade de cada instituição. Existe um conjunto de boas práticas que devem ser exploradas de acordo com a realidade de cada instituição. Nos exemplos analisados verifica-se que de facto a taxa de abandono escolar é relativamente baixa em comparação com os valores a nível nacional para as IES privadas. Aliás, como se refere no estudo efetuado se destes valores se expurgasse os alunos que reingressaram ou se matricularam noutra instituição os valores da taxa diminuiriam significativamente. Conclui-se, assim, que nestes casos de mudança de curso ou reingresso o abandono escolar teve um efeito positivo na pessoa pois permitiu reorganizar a sua estratégia académica e optar por uma situação, a nível pessoal/profissional ou outra, mais vantajosa.

Não obstante existirem caso de sucesso de reingresso, são inúmeros os planos como os aqui descritos à priori para minimizar as situações de abandono. Após reflexão, concluímos que não existem mecanismos institucionais que permitam combater os abandonos escolares derivados dos de situações do foro pessoal, como falta de vocação. E se porventura fosse possível detetar algum padrão comportamental, social nestes alunos que de alguma forma mesmo antes da desistência despoletasse sinais de alerta que de alguma forma levasse as IES a abordar os alunos. Alguma evidência em comum nestes alunos cuja causa está no âmbito pessoal, mas que transmitissem indicadores transversais a estas situações.

Salienta-se que o ser humano pela sua

estrutura orgânica e biológica é único. As influências resignadas pelas envolventes contextuais formam seres racionais singulares e por de trás desta singularidade existe uma personalidade, uma forma de encarar as situações únicas.

A combinação dos fatores mencionados, questões sociais, estratégia das organizações e singularidade do estudante leva a pensar numa abordagem holística em que todas as vertentes de atuação devem ser articuladas e ponderadas através de um mecanismo/entidade. Atente-se como exemplo a nossa realidade. Mais recentemente o ISAL encontra-se numa fase exploratória sobre o desenvolvimento dessa entidade unificadora, confluyente de conhecimento gerado.

Pretende-se atuar numa fundação preventiva e não reativa. No âmbito desta iniciativa é intuito, dentro da panóplia de competências, iniciar um mecanismo de monitorização e alerta para situações de risco. Será necessário recolher informação junto dos alunos e perceber dentro das 3 dimensões (singularidade do estudante, características da instituição e ambiente social) e sua analogia, sua motivação e expectativas sobre instituição e licenciatura, relacionar com questões sociais ao nível de progenitores (habilitações literárias, questões económicas (autonomia e disponibilidade financeira), opinião sobre a instituição e licenciatura, corpo de docentes e demais colaboradores, entre outros. Toda esta informação irá gerar indicadores e quem sabe permitir atuar atempadamente em situações de possível abandono escolar.

Antes de terminarmos salientamos a seguinte reflexão o abandono escolar é a ponta do iceberg. É uma consequência e não uma causa. As pressões sociais, os enigmas pessoais, as condições socioeconómicas e socioculturais têm demasiada relevância neste tema para serem ignoradas. Faça-se algo profícuo, faça-se algo agora.

**Data de Publicação:** 24-06-2018